

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: AS DISPUTAS ENTRE O FALAR E O SINALIZAR E AS PRÁTICAS NO IMPERIAL INSTITUTO DE SURDOS-MUDOS (1857-1957)¹

HISTORY OF DEAF EDUCATION: THE DISPUTES BETWEEN SPEAKING AND SIGNALING AND PRACTICES IN THE IMPERIAL INSTITUTO IN DEAF-MUTES (1857-1957)

Ernesto Padovani Netto²

RESUMO: Este artigo busca investigar a dualidade entre dois modelos que se colocaram em antagonismo com relação as formas de se lidar com pessoas surdas, o método da oralização e o da gesticulação (ou de sinais), tais processos históricos vividos pelos sujeitos surdos foram pouco pesquisados dentro da historiografia brasileira, constituindo um dado vazio historiográfico. O trabalho parte de um breve panorama da educação de surdos no ocidente, para localizar o leitor menos afeiçoado ao tema, em seguida focando a partir de 1855, quando foi apresentada a D. Pedro II a proposta de fundação de uma escola de surdos e vai até 1957, quando a instituição passa a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos. Os diferentes discursos de caráter pedagógico e científico que permearam este debate, assim como a hierarquização dos saberes produzidos por ouvintes e surdos vindos de fora do Brasil e também construídos ou reverberados no país, promoveram embates em um cenário em que a educação pública dava seus primeiros passos. Os resultados do estudo apontam que os projetos para educação das pessoas surdas foram pensados por ouvintes, no sentido de tentar “normalizá-los” dentro de um dado padrão que nega as línguas de sinais, e busca respaldo científico para integrá-los à sociedade.

Palavras-chave: Surdos; Oralismo; Sinais; Educação de surdos; Medicina.

ABSTRACT: The present article intends to investigate the duality between two antagonistic models of dealing with deaf people, the oralization method and the gesticulation method (also known as hand signs). The historic processes experienced by deaf community had been underexplored by the Brazilian historiography resulting in a historiographical void. The current work starts from a brief outlook of western deaf education to lead the beginner reader inside the main theme, following the focus to 1855 when the proposal of a deaf people institute of education was presented to the emperor of Brazil Dom Pedro II, until 1957 when the institution was renamed as National Institute for the Deaf. The different pedagogical and scientific discourses which guided that discussion as well as the hierarchy of the knowledge produced by hearer people and the deaf ones from outside Brazil also built or reverberated within the country promoted clashes in a scenario which the public education was taking its first steps. The obtained results by the current work indicate that the projects for deaf people education were developed and thought by hearer

¹ Com a proclamação da República em 1888 o Instituto tem seu nome trocado para deixar de fazer referência ao Império, passando a ser chamado de Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM). Em 1957 seu nome é novamente modificado, agora para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

² Doutorando em História Social da Amazônia (UFPA). Professor na modalidade Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC).

ones and were built to make deaf people fit into a perspective of “normalization” inside a standard that denies the hand signs language and pursuit a scientific suport to justify their integration to the society standards.

Keywords: Deaf; Oralism; Signals; Deaf education; Medicine.

1. Introdução

Embora ao longo do tempo o campo da história da educação tenha sido mais ocupado por profissionais da área acadêmica da educação, cada vez mais historiadores de formação têm se debruçado sobre os processos sociais ocorridos nos mais diferentes contextos da escolarização dos mais diversos grupos que compõe a sociedade. Nas últimas décadas os grupos de pessoas surdas têm reforçado laços identitários, no sentido de se compreenderem como um, ainda que dentro de uma pluralidade interna, grupo social que tem um conjunto de experiências comuns no presente, e que só possuem sentido ao serem percebidas também enquanto vivências construídas historicamente.

Porém, estas histórias ainda são em larga medida desconhecidas dentro das universidades, pela sociedade majoritária ouvinte e mesmo entre pessoas surdas, o artigo aqui apresentado busca historiar os complexos projetos educacionais pensados para as pessoas surdas, que se metamorfosearam ao longo do tempo, e que acabaram gerando disputas entre a oralização e o uso de sinais nos processos formativos dos educandos com surdez.

Este debate não nasce no Brasil, vem de forma mais sistemática ocorrendo desde o século XVI na Europa e ganha muita força nos Estados Unidos durante o século XIX. fiz a opção de retroceder na linha cronológica, ao que concerne ao recorte temporal indicado no título do texto, para melhor localizar o leitor menos afeiçoado à temática, para assim, em seguida focar nas práticas de educação de surdos desenvolvidas no Imperial Instituto de Surdos-Mudos, fundado no Rio de Janeiro em 1857 por D. Pedro II, um entusiasta da instrução, inclusive de surdos.

O texto se propõe ainda, a avançar dentro das primeiras décadas da República, quando concepções médicas se tornaram cada vez mais presentes nos espaços de escolarização dos não ouvintes, havendo comumente fortes conexões entre os projetos desenvolvidos no Brasil com os debates ocorridos no exterior ao longo de todo o período.

2. O debate do falar e do sinalizar no ocidente

O Monge espanhol Pedro Ponce de León (1520 – 1584) costuma ser apontado como o primeiro educador de surdos da história, pelo menos no ocidente, esta percepção é narrada no terceiro número da Revista de Ensino ao Surdo de 1954, publicação pertencente a Associação Brasileira de Professores de Surdos, fundada em 1952, em que é possível ler:

Tem-se descrito muitas vezes casos isolados de surdos-mudos que, duma ou doutra maneira, eram capazes de se fazer entender. Quanto a uma instrução metódica coroada pelo sucesso, é nos referida pela primeira vez por altura de 1550, quando o monge Pedro Ponce de León educou dois fidalgos espanhóis surdos de nascença, pertencentes à família de Velasco que tinha confiado os dois rapazes ao convento de San Salvador de Oña (REVISTA DE ENSINO AO SURDO, 1954b, p. 5).

Como indica o documento acima, os trabalhos de desenvolvidos por Pedro Ponce León foi restrito a membros da nobreza, o que se por um lado demarca todo um sistema de privilégios e a preocupação com a manutenção das garantias nobiliárquicas no interior de uma sociedade aristocrática, por outro lado abriu espaço para que a surdez começasse a sair do lugar do “fantástico”, da cura milagrosa ou do castigo pelos pecados da família, assim a educação de pessoas surdas passa a receber a atenção de diversos outros pesquisadores em vários países da Europa,³ tendo a partir de então um enfoque no desenvolvimento metodológico de orientar os surdos dentro de processos de instrução formal.

Em 1620 o espanhol Juan Pablo Bonet (1579- 1633) publica a mais antiga obra que se tem notícia sobre ensino de surdos: *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos* (Redução de letras e a arte de ensinar o mudo a falar). Neste contexto, duas escolas metodológicas passam a se estruturar nos séculos seguintes e acabam por influenciar decisivamente a vida de milhões de surdos, trata-se da escola Oralista e da escola Gestualista, tendo está a França como principal adepta, fundamentalmente na figura do abade Charles Michel L’Epée (1712-1789), e aquela, a Alemanha como maior representante.

³ Girolamo Cardano (1501-1578), Juan Pablo Bonet (1579- 1633) e Ramirez de Carrión (1579-1652) são exemplos de educadores de surdos dos séculos XVI e XVII no contexto europeu.

Posteriormente os Estados Unidos também ganharia destaque na educação de surdos por chegar a fundar a primeira Universidade para surdos do mundo.⁴ A tradição norte americana inicialmente foi gestual, mas à medida que o oralismo foi sendo imposto, os Estados Unidos passaram a utilizar predominantemente este método.

O oralismo foi primeiramente desenvolvido pelo Suíço radicado na Holanda Jean Conrad Amman (1669-1724), o qual publicou o livro *Surdos Loquens* (Surdos Falando) em 1692, porém foi o pastor protestante Alemão Samuel Heinicke (1727 – 1790) que ao implementar de forma sistemática as ideias de Conrad, acabou sendo considerado o pai do oralismo, suas intervenções eram baseadas no que ficou conhecido como “linguagem articulada” (falar) e “leitura labial” (leitura orofacial). O trabalho desenvolvido na Alemanha virou praticamente um sinônimo do oralismo, tanto que por anos o método oral ficou conhecido como “método alemão”.

Nos Estados Unidos Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) e seu filho Edward Miner Gallaudet (1837-1917) foram os grandes defensores do uso de sinais, enquanto que Alexander Graham Bell (1847-1922), que ficou mundialmente famoso por ter sido considerado por anos o inventor do telefone, fato desconsiderado em 2002 quando o Congresso Americano reconheceu o italiano Antônio Meucci (1808 – 1989) como verdadeiro autor da invenção, foi o principal nome do oralismo.

Acerca destes enfrentamentos entre estas duas propostas educacionais para os surdos, Cristina Lacerda nos esclarece:

Em seu início, no campo da pedagogia do surdo, existia um acordo unânime sobre a conveniência de que esse sujeito aprendesse a língua que falavam os ouvintes da sociedade na qual viviam; porém, no bojo dessa unanimidade, já no começo do século XVIII, foi aberta uma brecha que se alargaria com o passar do tempo e que separaria irreconciliavelmente oralistas de gestualistas. Os primeiros exigiam que os surdos se reabilitassem, que superassem sua surdez, que falassem e, de certo modo, que se comportassem como se não fossem surdos. Os proponentes menos tolerantes pretendiam reprimir tudo o que fizesse recordar que os surdos não poderiam falar como os ouvintes. Impuseram a oralização para que os surdos fossem aceitos socialmente e, nesse processo, deixava-se a imensa maioria dos surdos de fora de toda a possibilidade educativa, de toda a possibilidade de desenvolvimento pessoal e de integração na

⁴ Trata-se da Universidade Gallaudet fundada em 1864 em Washington.

sociedade, obrigando-os a se organizar de forma quase clandestina. Os segundos, gestualistas, eram mais tolerantes diante das dificuldades do surdo com a língua falada e foram capazes de ver que os surdos desenvolviam uma linguagem que, ainda que diferente da oral, era eficaz para a comunicação e lhes abria as portas para o conhecimento da cultura, incluindo aquele dirigido para a língua oral. Com base nessas posições, já abertamente encontradas no final do século XVIII, configuram-se duas orientações divergentes na educação de surdos, que se mantiveram em oposição até a atualidade, apesar das mudanças havidas no desdobramento de propostas educacionais (LACERDA, 1998, p. 73).

Ao dizer que oralismo e gestualismo configuram-se em duas orientações divergentes até a atualidade, a autora acima referida, se reporta ao ano de 1998, quando seu texto, hoje considerado uma referência sobre a temática, foi publicado. Nos últimos 25 anos pode-se observar o crescimento da sinalização nos contextos comunicacionais que envolvem surdos, principalmente em contextos institucionais (escolas, universidades, cerimônias públicas, nas legislações, etc.) e um claro abandono do método oral enquanto política pública educacional, ainda que na vida cotidiana das pessoas surdas as questões relativas a oralizar ou/e sinalizar não apareçam de forma tão dicotômica assim.

Para grande parte dos pesquisadores das Línguas sinalizadas,⁵ o uso dos sinais representa uma língua natural das pessoas surdas, tal concepção não nega que a língua seja socialmente e historicamente construída, mas entende que a ação natural dos surdos é criar gestos (sinais) para se relacionarem com o mundo a sua volta (GESSER, 2009; QUADROS, 1997; RUBIO; QUEIROZ, 2014), sendo que a partir do século XVI é possível observar o surgimento cada vez mais frequente de alfabetos manuais, que acabaram servindo como base para o desenvolvimento de sinais, os quais passaram a ser sistematizados e utilizados tanto na comunicação de pessoas surdas como em seus processos educacionais. Observe a mais antiga representação do alfabeto manual/digital que se tem conhecimento:

Figura 1 - Representação do alfabeto digital – 1579

⁵ É importante destacar que cada país possui sua Língua de Sinais própria, no caso do Brasil a Língua Brasileira de Sinais (Libras), nos Estados Unidos a Língua de Sinais Americana (LSA), na França a Língua Francesa de Sinais (LFS), etc.



Fonte: Revista de Ensino ao Surdo (1954^a, p. 9).

De acordo com a Revista de Ensino ao Surdo publicada em 1954, a gravura acima foi produzida em madeira e extraída da obra do monge franciscano Cosmas Rosselius produzida em 1579 e intitulada em Latim: “*Thesaurus Artificiosae Memoriae*” (“Tesouros artificiais de Memória”). A construção de alfabetos digitais e de dicionários de sinais, hoje chamados de “sinalários”, foram práticas frequentes nos séculos seguintes, como será possível observar no decorrer deste trabalho. Esta é uma questão relevante, uma vez que, a prática social de construir alfabetos em sinais será permanente até a atualidade, conectando assim o presente ao passado e o passado ao presente, ainda que o protagonismo surdo na elaboração das configurações das mãos, seja melhor percebido apenas mais recentemente.

Mesmo com o surgimento destes alfabetos digitais ainda no século XVI, somente na segunda metade do século XVIII é que o método gestual é sistematizado e amplamente divulgado pelo abade francês Charles Michel L’Epée, na verdade tratava-se do que na época foi chamado de “método combinado”, valorizando os sinais e a escrita, sem com isso descartar a presença da linguagem articulada, e tendo a profissionalização dos surdos como uma meta neste período, uma vez que, em meio a ascensão da burguesia na França, a mão-de-obra dos surdos passou a ser viabilizada através de algum grau de instrução que os capacitassem a desenvolver alguma atividade profissional. Sendo assim, em 1760 o abade francês fundou a primeira escola para ensinar surdos, anteriormente o que ocorria era a tentativa de educá-los individualmente, e apenas surdos de famílias nobres. Essa escola chegou a contar com a presença de 60 estudantes

surdos, ricos e pobres e deu origem ao que veio a se tornar em 1791 no *Institution Nationale des Sourds-Muets* (Instituto Nacional de Surdos-Mudos) em Paris, o qual veio a influenciar bastante na fundação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos no Brasil (ROCHA, 2009, p. 8).

Durante o século XIX e mesmo no XX, a ação de religiosos continuou sendo muito relevante na educação de pessoas com “deficiência”, mesmo no caso do Brasil, onde o Estado acabou por ter grande protagonismo, fundamentalmente através da fundação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos em 1854, e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1857, a igreja sempre esteve próxima, haja vista que era comum as ordens religiosas ofertarem donativos para os institutos, os quais inicialmente se mantiveram ainda, através da cobrança de matrículas de particulares ou subvencionadas pelo Imperador (ROCHA, 2009, p. 31).

3. A Educação de surdos no Brasil e suas conexões com o exterior

Em 1827 na vigência do Império, é promulgada a Lei Geral sobre Instrução Primária, a qual diz em seu artigo primeiro que: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 1827), na prática o país demorou bastante para avançar no sentido de garantir a universalização de acesso à escola, haja vista que, a concepção de educação para todos enquanto um direito, só se fortaleceu a partir da ascensão dos regimes democráticos, fundamentalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), dando origem ao que o educador espanhol José Manuel Esteve denominou de terceira revolução educacional, fenômeno que teve/tem por objetivo dar acesso e garantia de permanência de todas as classes e grupos sociais da população à escola (ESTEVE, 2004).

Ainda no contexto do Império, a educação de surdos no Brasil começa a ocorrer a partir da fundação do Instituto dos Surdos-Mudos no país, o que remete a figura do professor surdo francês E. Huet, que em 1855 apresentou um relatório a D. Pedro II em que revelava a intensão de criar uma escola para surdos-mudos no Brasil.⁶ O Imperador que já havia criado em 1854 o Instituto Benjamin Constant

⁶ O documento original encontra-se no Museu Imperial em Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro.

para a educação de crianças cegas, atendeu o pedido já em 1856, com o funcionamento da escola nas dependências do colégio M. de Vassimon, experiência esta que logo daria origem ao Instituto de Surdos-Mudos (ISM) em 1857, que passa a aparecer em documentos com a denominação de Imperial Instituto de Surdos-Mudos a partir de 1859 (IISM) - o mapa administrativo da instituição em 1859 traz esta nova nomenclatura - tendo ainda seu nome trocado para Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM) após a proclamação da república, e finalmente em 1957 passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), nome preservado até os dias atuais. Desta forma, o Estado brasileiro passa a atuar oficialmente na educação de pessoas surdas (ROCHA, 2007, p. 30-31). Somente no século XX, sobretudo em sua segunda metade, é que outras escolas especializadas são criadas em todo o país.

D. Pedro II, que costuma ser caracterizado como um homem culto, dado as letras, de acordo com Lilia Schwarcz, a partir da década de 1850 o Imperador passa a tomar a formação cultural como um projeto maior para o país (SCHWARCZ, 2020, p. 126). A historiadora diz ainda:

Poliglota, assíduo correspondente e sócio de várias instituições internacionais mesmo antes de sair do país, d. Pedro II tinha junto ao trono uma biblioteca, um museu, além de um laboratório e seu famoso observatório astronômico. Interessado na educação, o imperador frequentava concursos nas escolas de Medicina, Politécnica, Militar e Naval. Isso sem falar do Colégio Pedro II, a grande predileção do monarca (SCHWARCZ, 2020, p. 150).

Esse interesse do Imperador pela educação parece ter abarcado a instrução dos chamados a época de surdos-mudos, haja vista que, justo na década de 1850 indicada por Schwarcz ocorre a fundação da escola proposta por Huet, além disso, o tema despertou tanto o interesse de D. Pedro II, que posteriormente, em seu diário de viagem chegou a registrar que havia visitado três escolas para surdos-mudos durante sua viagem aos Estados Unidos: a de Boston, de Nova York e que mais lhe impressionou, o Instituto de Washington. Afirmando ainda que já havia conhecido Institutos semelhantes na Europa. Na oportunidade o Imperador descreveu da seguinte forma sua visita em 02 de junho de 1876 ao Instituto de Surdos-Mudos de Washington, esta escola foi fundada em 1815 por Thomas Hopkins Gallaudet e por Laurent Clérc, vindo a dar origem a Universidade Gallaudet em 1864, observe o registro do Imperador:

[...]. Antes do almoço Instituto de surdos-mudos - o mais completo que vi mesmo na Europa. Tem 100. Há 44 anos Estados Unidos. Com 4.000 e tantos alunos, e 25.000 surdos-mudos nos Estados Unidos. Neste belo estabelecimento perfeitamente colocado e com 150 acres de terreno onde os alunos trabalham sai deles bacharéis em letras ou ciências. Metade deles articulam e falam melhor ou pior. Resolveram equações algébricas, discorrem por escrito na pedra perfeitamente expondo um a teoria dos eclipses e outro traduzindo falando Horácio em uma passagem das Catilinárias mostrando saber bem latim. O diretor é filho de uma pessoa que aprendeu em Paris com abbé Sicard. Casou, com uma de suas discípulas surda-muda que é a mãe do diretor e à qual me deu uma hera que eu plantei na escada do estabelecimento. Fiquei encantado da visita (PEDRO II, 1876, p. 18).

Ao Imperador chamou a atenção o fato dos surdos-mudos Norte Americanos terem demonstrado grandes conhecimentos em matemática, acerca da teoria dos eclipses e sobre os discursos do Consul romano Marco Túlio Cícero, os recitando em latim, o que revela que o projeto educacional para surdos nos Estados Unidos, naquele momento, incluía os conhecimentos de várias áreas do saber, enquanto que no Brasil a proposta de ensino aos surdos-mudos era basicamente profissionalizante, uma vez que, o então diretor do Instituto de Surdos-Mudos, o médico sanitarista Tobias Leite, o qual passou a ocupar o cargo ainda na condição de interino desde 1869, acreditava que os alunos deveriam dominar um ofício para garantir a subsistência, defendia que o foco deveria ser no ensino agrícola, uma vez que essa era uma vocação do país, dizia ainda que o objetivo dos Institutos de Surdos não era o de formar homens de letras, mas o de ensiná-los uma linguagem que os dessem condições de manter relações sociais que garantissem condições para a inserção no mundo do trabalho (ROCHA, 2007, p. 37-40). Concepção que será reproduzida durante boa parte do século XX, no INSM, e mesmo após 1957, já com a nomenclatura de INES. Além de ter sido também implantada nas escolas de surdos fundadas por todo o país. Atento as disputas que ocorriam na Europa em torno dos métodos para educação de surdos, em seu relatório de 1869, o então diretor afirma o seguinte:

Escrita ou vocal artificial. A preferência entre essas duas linguagens é o ponto que se debate entre as duas escolas da Europa, a alemã e a francesa. [...] basta-me dizer que a linguagem escrita é fácil tanto ao surdo-mudo congênito, como ao acidental, e que a linguagem articulada artificial, sendo possível nos segundos, só por

exceção o é nos primeiros, e sempre tão imperfeitamente, que só por curiosidade é tolerável. (LEITE, 1869, p. 5).

Naquele momento, no Brasil, a opção era pelo método combinado (Linguagem articulada – oralização – e uso de sinais, também conhecido como método misto) reforçado pela influência francesa oriunda desde sua fundação do Instituto de Surdos-Mudos, o que acabou inclusive fazendo com que o alfabeto manual no Brasil se assemelhe sobremaneira ao alfabeto manual francês. Os sinais auxiliavam na construção de conceitos acerca do mundo que rodeava os surdos, mas o objetivo era desenvolver a escrita, relacionando cada sinal a sua palavra escrita correspondente, esse sistema foi desenvolvido por L'Épée e ficou conhecido como Sinais Metódicos.

Uma prova de que os sinais eram utilizados no Instituto é o fato de que em 1875 o próprio diretor Tobias Leite esforçou-se para publicar um livro escrito por um surdo aluno do Instituto, a obra chama-se "Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos", na qual o surdo Flausino José da Gama desenha além do alfabeto manual (datilologia), também um dicionário de sinais, com a representação de inúmeras palavras, relacionando-as aos sinais correspondentes, tais como: pai, mãe, animais, profissões, bebidas, objetos da mesa, objetos usados nas aulas, etc.

O alfabeto representado pelo aluno do IISM guarda algumas permanências em relação ao atual alfabeto já consolidado pela Libras, porém, há configurações de mãos que foram modificadas ao longo do tempo, como por exemplo as correspondentes as letras Q, V e S, as quais não estão representadas da forma utilizada atualmente. Em relação aos sinais que compõe o dicionário, pouquíssimos foram mantidos até os dias atuais, uma vez que sendo a língua viva, oportuniza mudanças nos códigos linguísticos, algo muito presente na contemporaneidade, quando invariavelmente os surdos criam novos sinais para termos que já possuíam outros sinais consagrados.

Figura 2 - Datilologia dos surdos-mudos, por Flausino José da Gama - 1875



Fonte: Gama (2011).

Aqui é possível observar a agência do sujeito surdo, já que o diretor do Instituto afirma que partiu de Flausino o interesse na publicação, é possível ler na apresentação do livro redigida por Tobias Leite (2011, p. 12):

O aluno deste Instituto, Flausino José da Gama, vendo entre os livros da biblioteca a obra do ilustre surdo-mudo Pollisier, professor do Instituto de Paris, manifestou o desejo de reproduzir as estampas para os falantes conversarem com os surdos-mudos, dizia-me ele repetidas vezes.

Ainda na apresentação do livro Tobias Leite (2011) enumera duas finalidades da publicação, dizendo que a primeira era vulgarizar a linguagem de sinais, pois tratava-se do meio predileto dos surdos-mudos manifestarem seus pensamentos, para que assim então pais, professores e todos mais que se interessassem "por esses infelizes", estivessem habilitados para os entender e se fazerem entender. Em segundo lugar para mostrar o quanto deve ser apreciado um surdo-mudo educado.

Chama a atenção a expressão "infelizes" utilizada pelo diretor, uma vez que, em muitas outras publicações escritas por outros autores é possível ler uma série de adjetivos direcionados aos surdos, tais como: idiotas, desajustados, imbecis, débeis mentais e defeituosos, expressões que pretendiam caracterizá-los enquanto pessoas incapazes, e que parecem buscar relacionar a surdez à problemas cognitivos, o que se chamava de deficiência mental, o mesmo que atualmente chama-se deficiência intelectual. Além disso, Tobias Leite (2011)

afirma de forma contundente a predileção dos surdos-mudos pelo que chamou à época de linguagem de sinais.

O uso dos sinais, valorizado através da publicação acima citada, em cinco anos sofreria um enorme revés, já que em 1880 no chamado Congresso de Milão, os sinais seriam atacados como um método ineficiente para a educação dos surdos, fato que influenciou decisivamente as metodologias adotadas para ensiná-los durante a maior parte do século XX, influenciando as experiências das pessoas surdas seja no Instituto no Rio de Janeiro, seja nas escolas especializadas fundadas por todo o país.

Em 1878 ocorreu em Paris o primeiro Congresso Internacional de Surdos-Mudos, ao final do evento ficou decidido que a melhor metodologia de ensino era a que combinava a articulação (fala), a leitura das palavras nos lábios e o uso de gestos (sinais). Porém, em 1880 no segundo Congresso Internacional de Surdos-Mudos ocorrido na cidade de Milão, o método combinado foi amplamente criticado e deliberou-se que a forma mais apropriada de ensino era o chamado método oral puro, o qual combinava apenas a articulação das palavras pelos surdos e a leitura orofacial, evitando o uso de sinais. Em 1881 ocorreu o terceiro Congresso na cidade de Bordeaux na França, onde as deliberações do Congresso anterior foram mantidas (SOARES, 1999, p. 34).

As atas do Congresso de Milão (ATAS..., 2011) revelam que existiram debates acalorados sobre o impasse que envolvia a educação dos surdos-mudos, destacarei quatro falas para que seja possível visualizar as discussões ocorridas. Primeiramente a do Dr. Edward Miner Gallaudet, presidente do Instituto de Surdos-Mudos em Washington nos Estados Unidos, o qual defendeu o “Sistema Combinado” e afirmou que os sinais eram a linguagem natural não apenas dos surdos, mas também a Língua materna da humanidade. Em resposta o Sr. Hugentobler representante da escola de surdos de Lyon, disse que os surdos que recebiam educação com base no sistema de articulação, assimilavam as ideias e a linguagem, além da fala, pelas quais podiam expressar-se, significando isso uma enorme vantagem em relação aos alunos que recebiam educação pela linguagem de sinais.

O reverendo Thomas Gallaudet, reitor da igreja de Sant’Ana para Surdos-Mudos em Nova Iorque, disse que vinha utilizando a linguagem de sinais havia

cinquenta anos, que acreditava piamente na eficácia do método, fez questão ainda, de sinalizar enquanto discursava concluindo sua fala com a oração do “Pai Nosso” na linguagem de sinais. Já o Abade Balestra diretor de uma instituição na cidade de Como na Itália, fez saber que em seu país havia crianças surdas que sabiam falar e se expressar sem quaisquer sinais ou pantominas, solicitando com insistência a adoção do método da fala (ATAS..., 2011, p. 17-18).

Após as exposições de ambos os lados, foi realizada uma votação, na qual os surdos foram impedidos de participar, o resultado embasou o documento com a seguinte deliberação:

O Congresso:

Considerando a incontestável superioridade da linguagem oral sobre a de sinais na reintegração do surdo-mudo à sociedade, permitindo a mais perfeita aquisição de conhecimentos, declara: que se deve dar preferência ao Método Oral ao invés do método de sinais para a educação e ensino do surdo-mudo (ATAS..., 2011, p.19).

A ata afirma ainda que a deliberação foi aprovada quase que por unanimidade, tendo 160 votos a favor e 4 contrários (ATAS..., 2011, p. 20). O Congresso declarou, ainda dentre outras coisas, que o uso simultâneo da língua oral e da língua sinalizada oferece prejuízo à fala, à leitura labial e a precisão das ideias e que, portanto, deve ser dada preferência ao Método Oral Puro; que os alunos das novas classes formadas a partir do Congresso deveriam ser separadas, não havendo contato algum entre os estudantes iniciados no Método de Sinais e os novos alunos que seriam educados apenas através do oralismo; que a cada ano fossem formadas novas turmas de classes oralizadas até que todos os alunos antigos que aprenderam a partir dos sinais tenham concluído seus estudos (ATAS..., 2011, p. 5-8).

De acordo com Edward Gallaudet, em seus *American Annals of the Deaf and Dumb* (Anais Americanos de Surdos-Mudos), o resultado da votação não havia como ser diferente, haja vista que o Congresso estava nas mãos dos oralistas, uma vez que a composição de seus membros era em sua grande maioria adepta do método oral (GALLAUDET 1881, p. 1).

O Brasil não teve representante em Milão, mas os debates ocorridos na Itália tiveram ressonância por aqui. Em 1883 ocorreu o Congresso da Instrução no Rio de Janeiro, seus pareceres trazem textos do então diretor do Imperial Instituto de

Surdos-Mudos Dr. Tobias Leite, que defendia a instrução dos surdos limitada apenas ao ensino primário e agrícola, além de haver implementado no Instituto a disciplina Linguagem Articulada, com a orientação que a cursassem preferencialmente os surdos mais aptos a desenvolver a fala. Nos pareceres do professor Dr. Menezes Vieira há uma crítica a esta orientação, para ele, independente da disciplina o ensino deveria ser pautado no método oral, seguindo o que havia sido decidido em Milão, eis parte de seu parecer registrado nas atas do evento:

O Instituto do Rio de Janeiro baseando a educação no plano que regia em 1868 um Instituto de Paris, possui vícios desse plano. Adaptando para instrumento geral de comunicação a língua escrita e reservando para certos casos especiais a articulação ou palavra articulada. [...]. Desse alvitre resultou, não há como negar, a diminuta frequência de alunos e as dificuldades que hoje se entolham para uma reorganização racional. Restituir a uma sociedade de analfabetos alguns surdos-mudos sabendo ler e escrever de que vale e para que serve? [...]. Claro está, portanto que o único meio de restituir o surdo-mudo a sociedade e dar-lhe uma linguagem que todos compreendam, dar-lhe a linguagem articulada [...]. (MENEZES VIEIRA 1884, p. 4).

Em 1896 o professor do Instituto o Sr. A. J. de Moura e Silva (os dois primeiros nomes só aparecem de forma abreviada nos documentos encontrados), esteve em Paris enviado pelo governo brasileiro e produziu um relatório intitulado: "Surdos-Mudos capazes de articular e meios práticos de lhes dar a palavra, e com ela, o ensino", em que procura demonstrar o cenário da educação de surdos na Europa (MOURA E SILVA, 1896).

Em que pese o professor ter descrito exercícios para a articulação da fala, explorado elementos como posições e vibrações para a produção da voz e técnicas de leitura nos lábios, seu relatório ponderou que apesar do Congresso de Milão ter declarado a superioridade do método oral puro, as argumentações de Edward Gallaudet de que nem todos os surdos possuíam condições de aprender a falar, e que, portanto, o método combinado era mais adequado, não poderiam ser ignoradas. A.J. de Moura e Silva elenca em um dos itens apresentados, que de acordo com sua observação, a articulação dos surdos de nascença, salvo raríssimos privilegiados, é sempre penosa, difícil e desagradável. (MOURA E SILVA, 1896, p. 8).

Em 1900 ocorreu em Paris o “Congresso Internacional para estudo das questões de educação e assistência de Surdos-Mudos”, desta vez o Brasil enviou seu representante, o então diretor do INSM, o Sr. João Paulo de Carvalho. O Congresso estabeleceu duas seções para discussões, a dos ouvintes e a dos Surdos-Mudos, e o que é possível observar através da análise dos relatórios produzidos no evento, é a manutenção dos debates sobre oralismo e gestualismo. Em um dos relatórios da seção dos ouvintes, é possível verificar a seguinte proposição lida por seu vice-presidente, o Sr. Baguer, a qual deveria ser votada pelos membros da seção:

O Congresso,
Considerando a incontestável superioridade da oralização sobre os sinais para integrar os surdos-mudos à sociedade, e dar-lhes um conhecimento da língua mais perfeito. Declara: Manter as conclusões do Congresso de Milão (CONGRESSO..., 2013, p. 142-143).

Ao ouvir a leitura acima citada, o Sr. Fritz Bech, professor da Instituição Real de Copenhagen, fez a seguinte fala:

Temos aqui um Congresso de professores e surdos-mudos, mas dividido em duas seções.
Na sala ao lado os surdos-mudos estão reunidos, nesta sala os professores. Estou convencido de que os surdos-mudos votaram: ‘Abaixo o método oralista puro’; mas o Sr. Baguer quer que votemos ‘Viva a oralização!’, segundo minha opinião, isto é um absurdo (CONGRESSO..., 2013, p. 143).

O presidente da seção, o Sr. Dr. Ladreit de Lacharrière, acabou por abrir votação em relação ao que foi lido pelo Sr. Baguer, e a proposição é aprovada, de acordo com o relatório “por unanimidade com a exceção de oito votos” (CONGRESSO..., 2013, p. 144).

Ao tomar conhecimento das deliberações da seção dos ouvintes, a seção dos surdos-mudos resolve produzir um documento e depositá-lo sobre a mesa do presidente da seção dos ouvintes, o qual foi lido em voz alta por ele:

A seção dos surdos-mudos indaga a seção dos ouvintes que se pronuncie sobre as resoluções aprovadas por ela. Ela gostaria que as duas seções se reunissem após ter deliberado, e submetessem cada uma de suas próprias resoluções à deliberação de uma assembleia geral (CONGRESSO..., 2013, p. 144).

Diante do posicionamento do surdos-mudos, o Sr. Ladreit de Lacharrière declara: “De acordo com a decisão tomada anteriormente não há lugar para se fazer uma reunião plenária, o que causaria perda de tempo considerável, sem qualquer vantagem, pois a discussão não poderá se desenrolar de maneira fácil e útil” (CONGRESSO..., 2013, p. 144).

A seção dos ouvintes impôs suas conclusões e decidiu sobre os rumos das vidas das pessoas surdas, não levando em conta o que elas acreditavam ser o melhor para si mesmas. Isto que já havia ocorrido em Milão, se repetiria ainda por algumas décadas, até que boa parte dos surdos conseguissem através de organizações sociais, implementar lutas políticas que garantiram o protagonismo do grupo nas decisões tomadas sobre ele, criando inclusive o lema “nada sobre nós, sem nós”. Porém, este é um cenário da segunda metade do século XX, em termos de Brasil, mais visível a partir da década de 1980.

Apesar das deliberações do Congresso de Paris, o então diretor do INSM não retorna ao Brasil convencido que o método oral puro é adequado para todos os alunos, é possível fazer esta afirmação ao observar que no Regulamento do Instituto de Surdos-Mudos, validado pelo decreto n 3.964 de 1901 (BRASIL, 1901), em seu artigo sétimo, é mantido o método misto: “O método misto ou combinado será o adotado no ensino de todas as disciplinas” e no artigo oitavo:

O ensino da linguagem articulada e da leitura sobre os lábios será dado de preferência aos alunos que se mostrarem aptos para recebê-lo, no artigo nono, reforça a concepção do ensino profissionalizante destina aos surdos: O ensino profissional compreenderá o seguinte: arte tipográfica, ofício de encadernador, de dourador, de sapateiro, ginástica (BRASIL, 1901).

Esta orientação metodológica permaneceu vigente até 1911, quando durante a gestão do então diretor, Sr. Custódio Ferreira Martins, o novo estatuto do INSM foi aprovado, sendo regulamentado através do decreto nº 9.198 (BRASIL, 1911), em que pode-se ler em seu artigo nono: “O método oral puro será adotado no ensino de todas as disciplinas” e no artigo dezenove: “Todos os alunos são obrigados a aprender um ofício ou arte, não devendo, porém, trabalhar nas oficinas mais de quatro horas por dia” (BRASIL, 1911), assim, o modelo misto é substituído pelo modelo oral, mas a lógica de profissionalização das pessoas surdas é mantida.

A partir de então o Método Oral Puro passa a ser aceito e amplamente implementado em diversas partes do mundo, sendo a Europa e os Estados Unidos referências constantes nas obras produzidas sobre a temática no Brasil.

O poeta surdo sul-africano David Wright (1920-1994) conta em sua biografia publicada em 1969 um pouco das experiências que viveu na escola para surdos de Northampton na Inglaterra, onde foi estudar em 1934, ele diz:

A regra era que todas as comunicações fossem orais. Nosso jargão de sinais, obviamente era proibido. [...]. Mas aquela regra não poderia ser imposta sem participação dos funcionários da escola. O que estou descrevendo não é o modo como falávamos, e sim como conversávamos entre nós quando nenhuma pessoa ouvinte estava presente. Nesses momentos, nosso comportamento e nossa conversa eram muito diferentes. Relaxávamos as inibições, não usávamos máscaras. (WRIGHT Apud SACKS, 1999, p. 26-27).

A narrativa de David Wright além de revelar a agencia das pessoas surdas ao criarem formas de manter a comunicação pelos sinais, mesmo sendo ela reprimida, demonstra ainda que o modelo oralista prevalecia na educação de surdos na Inglaterra, se associarmos a isso a afirmação em 1926, do Sr. Arnaldo de Oliveira Bacellar, que em sua tese de doutoramento intitulada “A surdo mudez no Brasil”, apresentada para a Cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo, que escreveu logo nas primeiras páginas de seu trabalho: “O ensino dos surdos-mudos é atualmente praticado regularmente em todo o mundo civilizado, sendo o método oral quase universal” (A SURDO..., 2013, p. 8), constata-se que de fato a oralização dominava o cenário com relação à educação dos surdos, sendo relevante salientar que por tudo que foi exposto sobre o tema até aqui, é possível afirmar que o objetivo central traçado pelos ideólogos da educação de surdos foi o da capacitação dos alunos para a aquisição de um código linguístico e a formação deles para o mundo do trabalho, sendo bem menos observado esforços no sentido de oportunizar acesso aos surdos em relação aos conteúdos escolares, ainda que existissem professores das disciplinas, como matemática, geografia e história.

Esta constante preocupação em desenvolver a fala nas pessoas surdas em detrimento ao desenvolvimento de metodologias de ensino e aprendizagem que pudessem potencializar a aquisição de conhecimentos do currículo escolar, abriu espaço para que todo um discurso médico servisse de base para as práticas

realizadas nos Institutos e escolas especializadas, uma vez que no Brasil, a presença dos profissionais da medicina foram uma constante durante praticamente todo século XX nestes espaços, sendo que mesmo os profissionais com formação na área da educação, tinham suas ações pedagógicas de alguma forma vinculadas às práticas médicas e de fonoaudiologia, como ficará comprovado na sequência do texto.

No estatuto de 1911, já citado anteriormente, há a presença de um médico como funcionário efetivo do INSM. Havia ainda quatro professores de linguagem articulada e leitura sobre os lábios, além de cinco repetidores, profissional que de acordo com o regimento vigente, em seu artigo 37, parágrafo primeiro (BRASIL, 1911), dentre outras funções tinha a obrigação de assistir e depois repetir as lições para os alunos, observando as instruções dadas pelo professor. Estes dados ficam mais claros ao se observar as seguintes tabelas com o quadro de funcionários do Instituto:

Quadro 1 - Quadro de funcionários do Instituto

NÚMERO	CATEGORIAS
1	Director
4	Professores de linguagem articulada e leitura sobre os lábios
1	Professor de mathematica, geographia e historia do Brazil
1	Professor de desenho
1	Professor de modelagem
5	Repetidores
1	Mestre de gymnastica
1	Medico
1	Dentista
1	Agente-thesoureiro
1	Primeiro escripturario
1	Segundo escripturario

Fonte: Baseado em Brasil (1911).

Quadro 2 - Pessoal de livre nomeação do diretor

NÚMERO	CATEGORIAS
1	Mestre de encadernação
1	Mestre dourador
1	Mestre sapateiro
1	Porteiro
1	Dispenseiro
1	Cozinheiro
1	Roupeiro-enfermeiro

Fonte: Baseado em Brasil (1911).

É importante destacar também a variedade de atividades que eram disponibilizadas aos surdos, havendo inúmeros instrutores de diferentes profissões, a fim de que os alunos tivessem a oportunidade de ter formações que os capacitassem para a aquisição de um ofício para o mundo do trabalho, em uma lógica que visava garantir a sobrevivência desses alunos, sendo que os cursos oferecidos costumavam ser de caráter manual.

No estatuto de 1949 fica evidenciada a tendência a relacionar o campo médico ao campo educacional, lembrando que até 1953, Educação e Saúde, compunham o mesmo Ministério do Governo Federal, o que não representou um caráter educacional influenciado por perspectivas médicas em relação à população ouvinte, o que é percebido na educação de surdos, uma vez que aparece no artigo dez, do referido estatuto, a figura da: “Seção Clínica de Pesquisas Médico-Pedagógicas” (S.C.P.M.P.), a qual além dos cuidados com a saúde dos alunos de forma geral, tinha de acordo com o inciso segundo, o objetivo de:

Proceder, no início de cada ano escolar, ao exame clínico e biométrico dos alunos, classificando-os de acordo com os índices de sua capacidade morfofisiológica e indicando os exercícios especiais que devam ser por eles praticados a fim de melhorar as suas condições físicas e fisiológicas (BRASIL, 1949).

O mesmo estatuto em seu artigo sétimo, inciso primeiro, diz que aos alunos deveria ser oferecida a “Educação dos órgãos da palavra”, nesse sentido, as avaliações médicas, assim como a formação dos professores, passaram cada vez

mais a serem direcionadas para que se tivesse um amplo conhecimento do funcionamento fisiológico dos órgãos ligados a produção da fala, isso fica ainda mais evidenciado a partir das obras da diretora Ana Rímoli de Faria Dória, a qual assumiu em 1951 e publicou nos anos seguintes livros como “Introdução à didática da fala” e “Manual de educação da criança surda”, em que a autora esmiuçou o funcionamento de órgãos como a laringe, faringe, língua, lábios e palato, assim como apontou uma série de treinamentos a serem desenvolvidos com os alunos a fim de que desenvolvessem a fala.

Não é raro encontrar artigos assinados por médicos nas revistas que tratavam sobre educação de surdos neste período, havendo inclusive uma coluna fixa para os temas relacionados à medicina na Revista do I.N.S.M., a qual era intitulada “Movimento Médico”, sendo que em 1941 o Dr. Henrique Mercaldo, então chefe do S.C.P.M.P., escrevendo sobre a importância da inauguração do laboratório do Instituto chega a destacar a presença do então presidente da República Eurico Gaspar Dutra e do ministro da educação à época, o Sr. Clemente Mariani Bittencourt no ato inaugural ocorrido no educandário (REVISTA DO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS, 1949, p. 13).

A presença de médicos era tão naturalizada na educação dos surdos que no estatuto da Associação Brasileira de Professores de Surdos, em seu Capítulo II, Artigo nono, linhas b e c, é possível ler:

Capítulo II: dos sócios:

Art. 9 – Serão admissíveis como sócios efetivos desta associação:

b) - os médicos otorrinolaringologistas;

c) – os médicos, os cientistas e os estudiosos que se dedicarem a consideração dos distúrbios da palavra e da linguagem provenientes da surdez (REVISTA DE ENSINO AO SURDO, 1954a p. 23).

É interessante notar a presença de médicos e cientistas em uma associação de professores de surdos, principalmente devido ao fato de que os discursos produzidos pelos profissionais da medicina eram revestidos da autoridade científica, baseadas em pesquisas e que, portanto, acabavam sendo incorporados pelos profissionais do magistério. Na mesma revista citada acima, há uma matéria intitulada: “Crianças débeis mentais”, em que um médico chamado Dr. Waldemar Salém afirma que a pequena surdez torna a criança quase débil mental. A dificuldade que tem em não ouvir faz com que seja classificada de desatenta, e

aos poucos fica desambientada no meio em que vive, entre seus pequenos companheiros. Até na classe o professor se desinteressa por ela (REVISTA DE ENSINO AO SURDO, 1954a p. 12).

As afirmações aos moldes da que foi reproduzida acima, construíram um estigma em torno da pessoa surda que acabou extrapolando a surdez, associando-a a déficits cognitivos que remetem a questões ligadas à problemas cognitivos. Na edição seguinte da revista, na seção “Respondendo ao leitor”, a qual informa que é destinada ao esclarecimento dos interessados que solicitarem a colaboração no estudo e solução dos problemas da educação da criança surda, visando examinar o assunto sob o aspecto psíco-médico-pedagógico, é possível observar que são dois os responsáveis por tirarem as dúvidas dos leitores, um professor e um médico audiolologista (REVISTA DE ENSINO AO SURDO, 1954b, p. 16).

Os profissionais que atuavam no INSM preocupavam-se em acompanhar as tendências científicas internacionais, sobretudo as inovações que vinham dos Estados Unidos, sendo comum as revistas de educação de surdos traduzirem artigos norte-americanos, entrevistarem médicos que regressavam de viagens ao país e repercutirem as inovações por lá produzidas. Ainda na terceira edição da Revista de Ensino ao Surdo, há um artigo chamado “A ciência combate a surdez”, em que destaca a utilização nos Estados Unidos de equipamentos eletrônicos capazes de produzir choques elétricos para estimular a audição de crianças surdas, a revista traz uma fotografia de uma criança sendo preparada para ser submetida a este procedimento:

Figura 3 - Médico audiolologista norte-americano submetendo criança surda ao equipamento *Master Hearing Aid* – Master Aparelho Auditivo



Fonte: Revista De Ensino Ao Surdo (1954b, p. 12)

A perspectiva médica/terapêutica da surdez, baseada também no desenvolvimento tecnológico do século XX, acabou sendo fortemente adotada no Brasil, em pouco tempo seria possível verificar crianças fazendo uso de fones de ouvido ligados à equipamentos eletrônicos no interior das salas de aula do Instituto Nacional de Educação de Surdos, rebatizado em 1957 com este nome, quando o termo mudo foi retirado. Sob o prisma da estimulação auditiva, os equipamentos instalados promoviam a ampliação de sons, tais como buzinas, trovões, motores, fogos de artifício, dentre outros, para que os estudantes pudessem tentar reconhecê-los, dentro de uma concepção que visava capacitá-los para o cotidiano da vida em sociedade.

O ano de 1957 trouxe ainda, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (C. E.S.B),⁷ cujo lema era: "Criança ou adulto. Qualquer mudo falará. Leve-o à professora especializada. Ele aprenderá pelos meios modernos de ensino. Ela o tornará feliz!" (ROCHA, 2007. p. 97). Chama a atenção no lema da campanha o forte intuito de resolver a questão da dicotomia mudez/falar, sendo que se tratava de uma ação para alfabetizar surdos, e o termo "surdo" foi invisibilizado no slogan. A crença na tecnologia e desenvolvimento científico também ganha destaque, haja vista que procurou-se ressaltar que o aprendizado ocorreria pelos meios modernos de ensino.

⁷ A campanha foi efetivada durante a presidência de Juscelino Kubitschek, através do Decreto n. 42.728 de 3 de dezembro de 1957 (BRASIL, 1957).

4. Considerações finais

Os acalorados debates em torno da educação de surdos, embora pouco investigados, pelo menos pela historiografia produzida por historiadores de formação, revelam que intelectuais respeitados, no mundo, mas em particular no Brasil, que ocupavam relevantes espaços dentro da administração pública, se envolveram nas discussões, sendo o próprio Imperador D. Pedro II um entusiasta da formação educacional dos surdos.

As diretrizes que norteavam a educação dos surdos se consolidaram no interior dos espaços de disputas entre *oralistas* x *gestualistas*, estes últimos, defensores da utilização de sinais para educar surdos.⁸ O que fica perceptível é que o Brasil, através de seu Instituto de educação de surdos, recebia forte influência do que era praticado em parte da Europa e nos Estados Unidos, locais em que ocorreu a valorização do oralismo, passando inclusive, a disseminar as metodologias assimiladas no Instituto para as demais escolas especializadas para surdos, as quais paulatinamente foram sendo criadas em todo o país a partir da década de 1950.

Os projetos pensados para a educação formal das pessoas surdas ocorreram através de imposições de intelectuais ouvintes, estes amparados pela força do discurso da autoridade científica, que buscou largamente enquadrar os surdos dentro de um ideal de padrão ouvinte, para que estivessem integrados à sociedade. Assim, professores e médicos desenvolveram métodos de ensino e de recuperação da audição, assim como do desenvolvimento da fala e da leitura orofacial, para atingirem seus objetivos. Neste processo, houve uma notória tentativa de silenciar os sujeitos surdos, que não ocupavam espaços de poder para deliberarem sobre o que era melhor para si, pelo menos do ponto de vista da autoridade institucional, da qual emanavam as políticas públicas direcionadas à educação dos surdos.

Por fim, cabe destacar que o véis deste texto é em larga medida de análise das instituições e de como estas se relacionaram com os ferrenhos embates sobre a educação de surdos, sendo que o Brasil teve clara inclinação ao oralismo a partir

⁸ A utilização de sinais já recebeu inúmeras nomenclaturas ao longo do tempo, sendo chamada de linguagem gestual, linguagem mímica, linguagem de sinais e atualmente Língua de Sinais.

de 1911, porém, cabe ressaltar a agência dos sujeitos surdos, que na prática nunca deixaram de sinalizar. Embora o uso dos sinais tenha sido largamente reprimido institucionalmente, entre os sujeitos, por escolha e mesmo como forma de resistência, a Língua de Sinais seguiu sendo utilizada e repassada às gerações que se sucederam, mas este debate fica para ser aprofundado em uma outra oportunidade, em que o foco seja menos institucional e maior nas ações sociais dos sujeitos surdos.

Referências bibliográficas

A SURDO mudez no Brasil: cadeira de higiene. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2013. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, v. 6). Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1Rr4QygR80YePuy_bIdpRtAFR_-XXZ06E/view. Acesso em: 23 maio 2022.

ATAS do Congresso de Milão 1880. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, v. 2). Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1owHrtTuW7wEiTIQqSB2hp8DCDgT3wx2A/view>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.964, de 23 de março de 1901. Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 1527, 23 mar. 1901. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3964-23-marco-1901-503192-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957. Institui a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 27069, 3 dez. 1957. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42728-3-dezembro-1957-381323-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.198, de 12 de dezembro de 1911. Approva o regulamento para o Instituto Nacional de Surdos-Mudos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, p. 16726, 10 dez. 1911. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9198-12-dezembro-1911-520039-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 maio 2022.

CONGRESSO Internacional para estudo das questões de educação e assistência de Surdos. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2013.

(Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, v. 5). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1GGnDZ-V8jrC8GBzknVzAyNiQ_1thSxaU/view. Acesso em: 23 maio 2022.

ESTEVE, José M. *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo: Moderna, 2004.

GALLAUDET, Edward Miner. The Milan Convention. *American Annals of the Deaf and Dumb*, Washington, v. 26, n. 1, p. 1-16, 1881. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44461114?seq=1>. Acesso em: 23 maio 2022.

GAMA, Flausino José da. *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos*. Rio de Janeiro: INES, 2011. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, v. 5). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vJt7-BiHOsyJTWK5n2gxwA1xpEYCum7i/view>. Acesso em: 23 maio 2022.

GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa?* São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 19, n. 46, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPFR68rsh4FkNNKyr/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

LEITE, Tobias Rabello. Este Livro. In: GAMA, Flausino José da. *Iconographia dos signaes dos surdos-mudos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2011. p. 12. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos, v. 5). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1vJt7-BiHOsyJTWK5n2gxwA1xpEYCum7i/view>. Acesso em: 23 maio 2022.

LEITE, Tobias Rabello. *Relatório do Director*. Rio de Janeiro: Instituto dos Surdos-Mudos. 1869. [Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/408/1/Relatorio%20Tobias%20Leite%206%20abril%201869.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

PEDRO II, Dom. Diário de viagem aos Estados Unidos (1876). Petrópolis: Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, ts. 69 p.

QUADROS, Ronice Muller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Arimated, 1997.

REVISTA DE ENSINO AO SURDO. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Professores Surdos, ano 1, n. 2, 1954a- . Trimestral. Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/516/5/Revista%20Ensino%20ao%20Surdo%20n2%201954.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

REVISTA DE ENSINO AO SURDO. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Professores Surdos, ano 1, n. 3, 1954b- . Trimestral. Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/465/1/Revista%20Ensino%20ao%20Surdo%20n3%201954.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

REVISTA DO INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Surdos-Mudos, ano 1, n. 1, 1949- . Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/377/1/Revista%20INSM%20n%201%201949.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

ROCHA, Solange Maria da. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2007. Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/721/1/O%20INES%20e%20a%20Edu%20de%20Surdos_150_anos.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

ROCHA, Solange. Maria. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*. Tese de doutorado - Programa de Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2009.

RUBIO, Juliana. A. S. & QUEIROZ, Luana. S. *A aquisição da Linguagem e Integração Social: A LIBRAS como formadora de identidade do surdo*. São Roque – SP: Faculdade de São Roque, Revista Eletrônica Saberes da Educação, vol. 5, nº 1, 2014. Disponível em http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Luana.pdf. Acesso em 26 de fevereiro de 2019

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, A. J. Moura e. *Relatório apresentado ao director do Instituto dos Surdos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/bitstream/123456789/677/1/RELATORIO_PROF_MOURA_SILVA.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

SOARES, Marcia Aparecida Leite. *A educação do surdo no Brasil*. Campinas: EDUSF, 1999.

VIEIRA, Joaquim José de Menezes. *Educação de surdos-mudos*. In: *Atas e pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884. Arquivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Recebido em 22 de agosto de 2021

Aprovado em 15 de abril de 2022